

Concluindo a minha trajetória administrativa, em 2015 fui trabalhar na assessoria da Diretoria da Empresa Metropolitana de Planejamento - Emlasa e, em maio de 2018, voltei para esta Casa, na assessoria da Liderança do PSDB.

Em 2016, apoiei nas prévias do PSDB o nome de João Doria, que ganhou as prévias e se tornou candidato a prefeito de São Paulo, tendo Bruno Covas como vice. Nessas eleições, João Doria despontou como um candidato novo, sintonizado com a nova política, uma enorme disposição de trabalho e ganhou aquelas eleições no primeiro turno. Fiz parte do Conselho Político da Campanha.

Em 2018, a pedido de grande parte do PSDB, João Doria aceitou ser candidato a Governador. Disputou as prévias, também o apoiei, e ganhou com mais de 80% dos votos válidos. Já candidato a governador, em uma eleição disputadíssima, ganhou no segundo turno. Nessa campanha, fiz parte do grupo de agenda.

Hoje, João Doria inicia o governo representando um legado de 24 anos de boa governança Tucana, com a disposição de avançar nas pautas demandadas pela sociedade na última eleição, mas dando continuidade nas grandes ações do nosso PSDB, reconhecidas pela imensa maioria da população paulista.

Eu, nesse meu curto período de ação parlamentar, quero ajudar a avançar as propostas que serão apresentadas pelo nosso governador João Doria, que tenho certeza de que serão em prol do interesse público.

Bem, senhoras e senhores, quis aqui contar um pouco da minha trajetória política e administrativa. Quero agradecer a Deus por ter colocado no meu caminho pessoas do porte de Franco Montoro, Mário Covas, Fernando Henrique, Magalhães Teixeira, Sérgio Motta, José Serra e Geraldo Alckmin. Eles foram e são meus tutores e exemplos da boa política. Conviver e aprender com essas "feras" foi um privilégio a que serei eternamente grato e espero honrá-los com uma boa atuação nesse parlamento.

João Doria é da minha geração, uma nova liderança que desponta. O seu jeito de ser está criando um novo paradigma para a ação política e, talvez, assuste alguns, mas acredito que o tempo tornará isso normal; é a evolução para uma nova era.

Não posso deixar de agradecer, também, a todas as pessoas que me apoiaram nas minhas campanhas. Não dá para relacionar todos aqui porque estouraria o tempo, mas em nome deles quero agradecer os meus coordenadores de campanha, João Jorge, em 2010, hoje vereador de São Paulo e atual chefe da Casa Civil da Prefeitura de São Paulo, e Orlando Farias, em 2014, atual secretário do Turismo da cidade de São Paulo.

Agradeço também a minha família, meus irmãos, sobrinhos e em especial a minha esposa, Poliana, que como toda esposa de candidato sofre muito, mas de quem tive todo apoio nessas desgastantes batalhas eleitorais.

Estamos vivendo em um mundo de grandes mudanças, coisas ocultas estão sendo reveladas para serem limpas, a luz divina está abrindo espaço no meio da escuridão. Estamos passando por algumas tempestades que, com certeza, precedem a bonança que virá, uma nova era em que se acabe com as dualidades, as disputas de ego, os preconceitos, os julgamentos dos nossos semelhantes, onde as pessoas conviviam harmoniosamente, a pobreza seja eliminada e o amor incondicional, que Jesus nos ensinou, prevaleça. Esse é "O Evento" que irá elevar a humanidade a outro patamar.

A política voltada ao bem comum é um instrumento fundamental para que isso aconteça. Vamos todos co-criar essa nova realidade. Como diz a Bíblia: "A fé remove montanhas". Agradeço pela paciência em me ouvir. Benção a todos e Namastê.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sr. Presidente, peço para falar, por cessão de tempo do nobre deputado José Zico Prado.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia, para falar por 10 minutos, por cessão do nobre deputado Jozé Zico Prado.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, seja bem-vindo, deputado Evandro, boa tarde aos servidores da Casa, a todos aqueles que nesse próximo ano legislativo estarão juntos conosco.

Iniciaremos, no dia 15 de março, nosso segundo mandato, mas entendemos que hoje, de fato, iniciamos o ano legislativo, portanto entendemos que devemos fazer algumas considerações sobre a conjuntura que estamos vivendo no País.

A situação conjuntural do Brasil hoje, e do estado de São Paulo, é bastante complicada, do nosso ponto de vista. Estamos vivendo sob uma pauta, sob ameaça de aprofundamento da retirada de direitos dos trabalhadores do País. Cada dia mais ouvimos falar de reforma da Previdência. Já fizeram a reforma trabalhista e agora querem aprofundar as reformas estruturais do nosso País.

Mas as reformas não vêm para melhorar a condição de vida dos trabalhadores. Digo isso porque compreendem a reforma da Previdência como sendo a retirada de privilégios daquele pobre infeliz, coitado, que trabalhou a vida toda para conseguir uma aposentadoria mínima que seja, em detrimento de tantos que têm polpudas, grandes, robustas aposentadorias e pensões, como por exemplo as filhas dos militares que, muitas vezes, não contraem matrimônio, mas sabemos que vivem em união concubinária, mas recebem grandes valores, por conta de serem filhas de juizes, de promotores, de outras categorias que têm esses privilégios. Esses, sim, são os privilégios. Esses, sim, têm que ser combatidos, mas ninguém discute essa questão dos privilégios, de fato. Querem tirar do pequeno, daquele que a vida inteira passou na roça carpinando, plantando, fazendo com que o alimento saudável chegasse às mesas do povo brasileiro. Temos um ditado que diz que a cobra só pica os pés dos descalços. São os descalços que são os mais prejudicados pela voracidade do sistema.

Então, estamos vivendo esse momento. E há outra situação, que é muito grave, que estamos vendo aprofundar, que são ações, tanto no governo federal quanto no governo do Estado, quando discute o Decreto nº 15556/14, que engessa o direito de manifestação pública dos movimentos. As pessoas têm que atender uma série de requisitos, o que inviabiliza a manifestação pública. Vamos inclusive estudar essa possibilidade, porque esse decreto é inconstitucional, afronta a Constituição Federal quando garante o direito de manifestação, quando garante o direito de livre manifestação. Essas são algumas das situações calamitosas que estamos vendo no início deste ano.

Temos outras situações que também queremos discutir nesta Casa. Vamos trabalhar, a partir de agora, para que consigamos derrubar os vetos do governador João Doria. Fizemos um amplo debate na Casa, ano passado, e conseguimos aprovar o Projeto de lei nº 573/2016, que cria uma cota habitacional para as mulheres vítimas de violência no estado de São Paulo. Há lá uma série de requisitos. Ficamos durante dois anos dialogando com as lideranças do PSDB. Fizemos essa discussão também com as lideranças do então governador Márcio França, e aprovamos esse projeto de lei, porque ele é fundamental, pois tira a mulher do ciclo de violência e faz com que essa mulher tenha minimamente um local onde possa ser acolhida com seus filhos quando estiver numa situação de violência. O nosso projeto de lei foi vetado pelo governador João Doria. Portanto, daqui para frente a nossa luta vai ser para derrubar esse veto.

E também é de fundamental importância que façamos o debate da derrubada do veto do funcionamento das delegacias de defesa das mulheres 24 horas por dia, todos os dias. Vemos o feminicídio aumentando, principalmente em estados como o de São Paulo. Durante a campanha, nosso governador João Doria assumiu publicamente que iria dar estrutura para cento e poucas que já existiam e iria criar mais 40 delegacias de defesa das mulheres. E o que fez o atual governador? Vetou a lei aprovada, uma lei da deputada Beth Sáhão, aprovada aqui nesta Casa pela maioria absoluta dos nossos parlamentares.

Então, este é um momento de muita luta. Vamos ter de enfrentar essas questões. Tenho certeza de que outros deputados também tiveram projetos de lei vetados, como o debate amplo que fizemos aqui do projeto de lei da deputada Analice, que cria uma jornada diferenciada para os profissionais da área da Saúde, e tantos outros projetos que foram simplesmente vetados sem nenhuma possibilidade concreta e real de que a justificativa fosse, de fato, uma justificativa que atendesse aos anseios da população paulista.

Então, vamos começar o nosso ano já demarcando a nossa posição nesta Casa, demarcando a nossa luta em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, a nossa luta na perspectiva de que continuemos tendo liberdade de manifestação, liberdade de posicionamento, liberdade do direito de fala, do direito de ocupar as ruas do estado de São Paulo, sem violência, para que as pessoas possam se manifestar e dizer ao povo paulista, de fato, o que acontece.

Quero dizer que estamos, como disse muito bem o deputado Carlos Giannazi, com uma pauta muito intensa - e que vai se intensificar ainda mais, temos certeza disso -, que é a questão das privatizações, tanto a nível nacional quanto estadual. E vamos debater, vamos obstruir, vamos fazer tudo o que for necessário para que impeçamos as privatizações.

Na época do Fernando Henrique Cardoso, lembro-me muito bem da luta para que não acontecesse a privatização da Vale do Rio Doce. Nós entregamos esse patrimônio. A maior empresa de minérios do mundo foi entregue a preço de banana. Agora, estamos vendo o que acontece quando nossas empresas públicas são privatizadas. Vejam o que aconteceu em Mariana, em Brumadinho e em tantas outras que estão na iminência de sofrer com o rompimento de barragens.

O Poder Público está entregando seu patrimônio, como foi feito com o pré-sal, como tem sido feito com tantos patrimônios importantes do Brasil, como querem fazer com a Eletrobras, como querem fazer com a Educação, com a Saúde, com tudo aquilo que é importante para o nosso povo mais pobre. Privatizando muitas dessas coisas, como a Saúde e a Educação, entre tantas outras privatizações que estão na lista, nesse pacote de privatizações, sabemos que quem vai sofrer serão os pés descalços. Quem vai sofrer é o povo pobre, é aquele que de fato precisa do Poder Público, aquele que não tem dinheiro para pagar plano de saúde, aquele que não tem dinheiro para pagar escola para seu filho, aquele que precisa de uma cesta básica, aquele que precisa de um mínimo para se transportar, para se alimentar, para viver e para ter uma moradia digna.

Então, este ano será marcado pela defesa, novamente, dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, contra a privatização, contra o cerceamento da livre manifestação de opinião das pessoas. Nós vamos fazer esse debate aqui nesta Casa. Começamos o nosso ano legislativo já apontando o que é que vai se desenhando para o ano de 2019.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 17 horas.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Deputada Márcia Lia, parabéns pelo pronunciamento, em especial pela parte do feminicídio, que cresceu, que aumentou.

O projeto de V. Exa. é grandioso quanto a essa habitação. Lá atrás, em 2012 ou 2013, fizemos o projeto da Casa-Abrigo, deste deputado, para que a mulher não ficasse, como diz aquele ditado, em uma situação "ruim com ele, pior sem ele e depois a morte". Porém, também foi vetado. E chegamos aonde chegamos. Nosso recorde é matar de dez a 15 mulheres todos os dias, neste País. Pode contar conosco.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - E não é apenas o feminicídio, mas a violência de uma forma geral, em todas as suas matizes, que nossas mulheres sofrem. Mas este ano será marcado pela luta em defesa da derrubada desses vetos.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Essa é a nossa obrigação.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pela nobre deputada Márcia Lia e suspende a sessão até as 17 horas.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 01 minuto, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, a minha cidade de Franca, acho que todos os deputados sabem disto, é a capital do calçado masculino. A nossa economia é baseada na fabricação de calçados, que gera todos os empregos, grande parte dos empregos. Ela tem passado por uma situação muito difícil, a ponto de, em cinco anos, de 50 mil empregos oferecidos, cair para 20 mil.

No final do ano passado, nós tivemos a notícia muito ruim e muito triste de que o IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que há mais de 30 anos foi criado na cidade de Franca e que dá um suporte tecnológico imenso para a indústria de calçados, iria fechar e ser transferido para a cidade de São Paulo. Naquela época, nós corremos atrás do governador Márcio França, e ele garantiu que durante seu mandato não fecharia o IPT, mas o fechamento estava previsto para março.

Para nossa agradabilíssima surpresa, durante o Couro Modas aqui em São Paulo, e diante de todos os empresários calçadistas de Franca, o governador João Doria assumiu e prometeu que não fechará o IPT de Franca. Eu acho que foi uma surpresa muito grande e muito agradável. Já fiz questão de fazer um ofício cumprimentando o governador por essa decisão, que vai favorecer muito a indústria de calçados da minha cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Há sobre a mesa requerimento assinado pelo nobre deputado Itamar Borges constituindo uma comissão de representação com a finalidade de participar, no dia 19 de Fevereiro de 2019, da instalação da Frente Parlamentar Agropecuária, que se realizará no Distrito Federal.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento assinado pelo deputado Paulo Correa Jr. com a finalidade de participar de audiência acerca da descentralização do Porto de Santos com o Sr. Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, no dia 13 de fevereiro de 2018.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento de inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante no item 280 passe a constar como item 1, renumerando-se os demais.

Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento. (requerimento de método de votação.)

Em votação o item 1 do requerimento, Projeto de lei nº 82, de 2018, salvo Mensagem Aditiva e emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

Em votação o item 2 do requerimento, Mensagem Aditiva. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Em votação o item 3 do requerimento.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PRB, tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura, com anuência de seu líder, Gilmaci Santos.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, no dia 17 de janeiro de 2019 o governador João Doria sancionou a lei que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nos postos de combustível.

Essa lei, de nossa autoria, se tornou a Lei estadual nº 16.927, de 2019 e, graças a Deus, tem trazido uma boa repercussão em nossas redes sociais e com o público que tem um automóvel e o abastece em um posto de combustível.

Essa lei proíbe e faz com que, a partir de agora, a pessoa que deseja consumir bebida alcoólica só o faça dentro da loja de conveniência e não mais onde se encontra a parte do abastecimento. Isso vai fazer - porque a lei ainda será regularizada nos próximos 45 dias - com que as pessoas que fazem uso de bebida alcoólica não possam mais bebê-las no posto.

Hoje foi apresentado no Colégio de Líderes - os líderes de cada partido puderam acompanhar - que os próprios sindicatos estão favoráveis a essa lei, fazendo cartazes e os distribuindo nos postos de combustíveis do estado de São Paulo, fazendo com que o consumidor saiba que ali ele não poderá mais beber, a não ser dentro da loja de conveniência e naquele espaço cercado do restaurante e de lojas que fazem parte.

Esse foi um projeto de nossa autoria que, graças a Deus, trouxe uma boa repercussão para toda a população do estado de São Paulo. Vamos, agora, lutar pela fiscalização, porque o dono de posto de gasolina que permitir que a pessoa beba sofrerá sanções previstas na lei, que começa com uma multa de 200 Ufir, que equivale a 5.306 reais e que vai se multiplicando de acordo com o número de vezes que a pessoa comete o crime.

E, sem dúvida, a população pode avisar, o frentista pode comunicar as pessoas, mas também o cidadão de bem que, muitas vezes, quer abastecer o carro, mas o posto está ocupado por pessoas fazendo pancações e festas que estimulam as drogas, a prostituição e crimes que acontecem quando a pessoa consome bebida alcoólica e pega o carro para dirigir.

É isso que estamos fazendo, melhorando a nossa fiscalização através da Segurança Pública e da Secretaria de Justiça, que vão regulamentar essa lei no prazo de 45 dias a partir do momento que foi aprovada. Espero que os donos de postos de combustíveis possam fazer valer a lei e que nosso estado, através de nossos órgãos fiscalizadores - Polícia Militar, Polícia Rodoviária - e dos órgãos que estão regulamentando a lei possam fiscalizar essa prática de consumo de álcool em postos de combustível.

Então, passa a ser lei e queremos agradecer ao nosso governador João Doria por essa aprovação que vai, com certeza, beneficiar não só os donos de postos de gasolina, que deixavam muitas vezes de vender seus produtos nas lojas de conveniência, como também os abastecimentos de gasolina, álcool e diesel. E isso vai beneficiar a população. Obrigado, Sr. Presidente e todos os deputados.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 3 do requerimento. Demais emendas, englobadamente. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sr. Presidente, voto favoravelmente às emendas da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto favorável às emendas do PT.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de declarar voto favorável à emenda do deputado João Paulo Rilto e dizer que vamos apresentar uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, estamos lutando, nesta Casa, por dois mandatos, e também quando fui vereador em Rio Preto, pela construção da terceira faixa da Washington Luiz no perímetro urbano de São José do Rio Preto e dessa cidade até Mirassol. Os dias passam, os pedágios aumentam, mas não vemos a questão da segurança para a população. Hoje, houve novamente três acidentes envolvendo vários veículos na área urbana de São José do Rio Preto.

Quero pedir ao nosso líder Carlão Pignatari que leve isso ao conhecimento do governador, para que, com carinho, acione a empresa concessionária, de modo que faça o que foi feito em Presidente Prudente: muro de contenção, terceira faixa, segurança para a população na área urbana. Rio Preto teve mais três acidentes hoje. Por mais que as pessoas estejam pagando muito mais pelo pedágio, estão tendo muita insegurança.

Peço a V. Exa., porque já é o terceiro governo do estado de São Paulo que não olha, realmente, para aquela região. Contamos com V. Exa. e com o governador, para que possamos ter a terceira faixa, muro de contenção, redução de velocidade, a fim de que a população daquela região de Rio Preto e Mirassol possa ter segurança. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EVANDRO LOSACCO - PSDB - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido de encaminhamento das notas taquigráficas do discurso que fiz hoje, no Grande Expediente, ao governador João Doria, ao ex-governador Geraldo Alckmin e ao senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o pedido de Vossa Excelência. É regimental. As notas serão encaminhadas, conforme solicitado.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, apenas para registrar que esse projeto já estava aqui há um bom tempo. A gente já havia tentado, desde o ano passado, votá-lo. Então, eu gostaria de reiterar e parabenizá-lo pela agilidade com que V. Exa. conduziu a votação desse projeto. A bancada do PSB entende que esse projeto é importante, porque é um recurso do estado. E não existe mais condição de continuar a linha em Guarulhos, então estão transferindo para o ABC, até a capital. Por isso, a bancada do PSB está votando a favor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, parágrafo quinto, ambos do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, cinco minutos após o encerramento da presente sessão, com a finalidade de oferecer redação final ao Projeto de lei no 82, de 2018.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, nos termos do disposto no Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- Projeto de lei no 635, de 2018.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será o remanescente da Ordem do Dia da sessão de hoje. Lembra-os, ainda, da sessão extraordinária que será realizada hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 14 minutos.

5 DE FEVEREIRO DE 2019 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: MARIA LÚCIA AMARY

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento do Ato 13/19, no qual convoca suplente para a vaga de deputado estadual, decorrente do pedido de afastamento do deputado Carlos Alberto de Quadros Bezerra Junior. Comunica que estava presente, em plenário, o Sr. Julio Cesar Pereira de Souza. Acrescenta que recebera deste o Diploma da Justiça Eleitoral, bem como a respectiva Declaração de Bens e Direitos, e convidou a prestar o compromisso regimental. Feito isso, declara empossado o deputado estadual Julio Cesar Pereira de Souza.

2 - JULIO CESAR

Expressa sua honra por assumir o cargo de deputado estadual, representando o município de São Carlos. Destaca que há vinte anos esta Casa não possui um parlamentar oriundo da cidade mencionada. Cita demandas da região. Afirma seu compromisso de fazer o melhor pelo povo paulista. Faz defesa do Estado Democrático de Direito. Presta homenagem a seu pai, recentemente falecido.

3 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Encerra a discussão do PL 684/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de preferência ao PL 635/18. Coloca em votação e declara aprovado o projeto, salvo a subemenda e a emenda nº 1, restando prejudicados os demais projetos anexos. Coloca em votação e declara aprovada a subemenda substitutiva à emenda nº 1, ficando prejudicada a referida emenda.

4 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, cumprimenta o deputado Julio Cesar. Parabeniza as cidades beneficiadas pelo projeto aprovado nesta sessão.

5 - ED THOMAS

Para comunicação, agradece aos deputados pela aprovação do PL 635/18.

6 - SEBASTIÃO SANTOS

Para comunicação, destaca a importância do PL 635/18, cuja aprovação agradece.

7 - DOUTOR ULYSSES

Para comunicação, faz agradecimento a todos, em nome de Itapeva, pela aprovação do PL 635/18.

8 - ED THOMAS

Para comunicação, ressalta a contribuição do deputado Junior Aprillanti, quando este foi secretário estadual de Turismo, a favor das demandas dos municípios beneficiados pelo projeto aprovado nesta noite.

9 - GILENO GOMES

Para comunicação, comemora a aprovação do PL 635/18, frisando a sua importância. Cita autoridades presentes. Dá boas-vindas aos deputados empossados neste início de ano.

10 - ITAMAR BORGES

Para comunicação, cumprimenta os novos deputados desta Casa. Parabeniza todos pela aprovação do PL 635/18. Relata sua participação em reunião de prefeitos com a Secretaria de Turismo.

11 - ANDRÉ DO PRADO

Para comunicação, faz agradecimentos a todos os parlamentares pela aprovação do PL 635/18. Deseja as boas-vindas aos novos deputados empossados desde janeiro.

12 - DR. ITAMAR

Para comunicação, agradece aos seus pares pela recepção que teve neste Parlamento. Alude a problemas enfrentados na área da Saúde.

13 - ITAMAR BORGES

Para comunicação, cita o apoio dos deputados Léio Oliveira e Jorge Caruso ao projeto aprovado nesta sessão.

14 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, cumprimenta os novos deputados empossados neste Parlamento. Comemora a aprovação do PL 635/18, destacando o empenho do presidente Cauê Macris para que a matéria fosse aprovada.

15 - JUNIOR APRILLANTI

Para comunicação, saúda os novos parlamentares desta Casa. Faz breve histórico da criação da categoria de município de interesse turístico. Enfatiza a importância do trabalho do grupo técnico que preparou a lista de cidades contempladas pelo PL 635/18.

16 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Convoca a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para uma reunião extraordinária, a realizar-se hoje, cinco minutos após o encerramento dos trabalhos. Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Maria Lúcia Amary.

A SRA. PRESIDENTE – MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com-parece agora nesta Assembleia Legislativa o Sr. Julio Cesar Pereira de Souza para tomar posse no cargo de deputado estadual. Sua Excelência apresentou a declaração de bens e direitos, bem como o diploma da Justiça Eleitoral.

Esta Presidência convoca o Sr. Suplente para comparecer à Mesa a fim de prestar o compromisso regimental.